



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO AMBIENTAL

MEMÓRIA DE REUNIÃO

Grupo Setorial de Coord. do Gerenciamento Costeiro do Vale do Ribeira

10ª Reunião Ordinária

29/11/2012 – Sede do CODIVAR – rua Mohamed Said Hedjaze, 144, Bairro Floresta,
Juquiá, SP

1. Apresentação sobre o Gerenciamento Costeiro;
2. Discussão sobre zoneamento do eixo das rodovias BR116 e da SP055;
3. Encaminhamentos para 2013.

1. Informes

Isadora Parada (CPLA/SMA) deu início à reunião às 9h50. Agradece presença dos novos prefeitos que serão empossados. Apresenta o Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro no Estado de São Paulo (Lei n. 10.019/1998) e seus objetivos. Informa que o Plano institui quatro setores costeiros (Litoral Norte, Baixada Santista, Complexo Estuarino-Lagunar de Iguape e Cananéia e Vale do Ribeira) com os respectivos municípios. Explica que cada setor possui representação tripartite, por meio do Grupo Setorial de Coordenação do Gerenciamento Costeiro. O setor Vale do Ribeira compreende 20 municípios, representados por 9 membros titulares e 9 suplentes, conforme instituído Decreto Estadual nº 57.328/2011. Para garantir maior peso ao segmento municipal, foi articulado que os cargos de titular e suplente fossem ocupados, cada um, por uma prefeitura diferente. Dessa forma, o presidente do Conselho de Desenvolvimento Intermunicipal do Vale do Ribeira (CODIVAR) apontou as prefeituras que deveriam ser as titulares e as suplentes, totalizando 18 das 20 prefeituras que compõem o setor. Porém, com as eleições, novas indicações deverão ser refeitas em janeiro, com indicação ou atualização dos representantes. Esclareceu que não há obrigatoriedade de o indicado ser o prefeito, mas sim alguém que possa acompanhar as reuniões e discutir os assuntos com o restante do corpo técnico das prefeituras.

Isadora explica que o Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) compreende o texto do decreto e o mapa, e descreve sobre os outros instrumentos do Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro, como o Sistema de Informações, os Planos de Ação e Gestão (instituídos por decreto) e o monitoramento. Isadora informa que o segmento da sociedade civil participa das eleições a partir de cadastro e eleição. Em outro setor, do Complexo Estuarino-Lagunar de Iguape e Cananéia, o mandato da sociedade civil termina este ano e a eleição ocorrerá no dia 12 de dezembro. Isadora apresenta organograma do Gerenciamento Costeiro com etapas e instrumentos e ressalta a importância de vencer a etapa de diagnóstico. Isadora faz também um relato sobre o histórico do Gerenciamento Costeiro no Vale do Ribeira; explica que havia um grupo de trabalho da SMA responsável pela elaboração da proposta de Macrozoneamento do Vale do Ribeira em 1998, inclusive com contrato de estudos feitos pela Engecorps, os quais muitos dos representantes se lembram. Foram realizadas audiências públicas, mas a proposta não foi implementada. Em 1998, foi aprovado o Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro (Lei Estadual 10.019/98), e após essa data houve a formação de um Grupo Setorial. Em 2005, nova proposta denominada “Subsídios para o Zoneamento Ecológico-Econômico do Vale do Ribeira”, com minuta de texto de decreto e



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO AMBIENTAL

mapa, foi elaborada pela SMA. No entanto, segundo relatos de alguns integrantes, o grupo setorial não concordou com a proposta elaborada pela SMA e, portanto, o decreto não foi encaminhado para assinatura. Em 2009, os trabalhos de ZEE no setor foram retomados pela SMA, inicialmente nos outros setores e depois no Vale do Ribeira.

Isadora destaca que o ZEE não substituirá o licenciamento. O prefeito de Juquiá, Sr. Mohsen Hojeije, destaca que essa questão precisa ser repensada, pois o licenciamento precisaria ser simplificado. Isadora complementa afirmando que, além das indústrias, há a demanda para o licenciamento de roças também, citando o exemplo da reunião realizada na comunidade quilombola São Pedro, em Eldorado. O Prefeito considera que precisa ser pensada a possibilidade de instalação de empresas ao longo da rodovia BR116. Isadora destaca que o ZEE indicará as políticas públicas que poderão orientar investimentos, irá indicar as vocações, porém o licenciamento continuará sendo necessário. Esclarece que o que se espera é que com o ZEE, o órgão licenciador tenha uma base das áreas indicadas para cada tipo de uso e o licenciamento fique mais ágil.

Bianca, representante da prefeitura de Cajati, concorda que o ZEE pode avançar na simplificação do licenciamento. Prof. Érico Rodrigues (UNESP) destaca que o texto do decreto de ZEE pode fazer apontamentos, pois região possui especificidades e é preciso pensar no desenvolvimento socioeconômico. Isadora destaca que a proposta não deve ser da SMA, mas sim do grupo setorial e que o ZEE constitui instrumento dinâmico que dará indicações da vocação do território para os próximos dez anos.

Isadora explica quais são as zonas definidas pelo Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro. Cita exemplos de Z1, Z1AEP com Unidades de Conservação de Proteção Integral; explica que as Áreas de Proteção Ambiental (APAs) não estão incluídas como Z1AEP, pois permitem usos que devem ser regrados. Explica que as zonas devem compreender áreas aptas para ocupação urbana, atividade agrícola, áreas de risco, áreas para uso industrial. Marcus Vinicius M. Vasconcelos (Prefeitura Municipal de Juquiá) destaca que o licenciamento ambiental na Área de Proteção Ambiental da Serra do Mar não é liberado pela CETESB, pois constitui área tombada pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (CONDEPHAAT); segundo ele, a licença é concedida, desde que área objeto da licença comprove sua existência anterior à criação da APA. Luiz Xoquito (CODIVAR) lembra que a área foi protegida como Reserva da Biosfera da Mata Atlântica pela Organização das Nações Unidas (ONU) e pergunta sobre a possibilidade de exploração de cascalheira. Isadora responde que se for dentro de Unidade de Conservação de Proteção Integral (como Parques e Estações Ecológicas) não poderá haver essa exploração. Herbert Hans Rudolf Schulz (CETESB) explica que as áreas de mineração são, por lei, consideradas áreas de utilidade pública. Isadora complementou dizendo que este assunto é importante e lembrou da Resolução SMA 80/09, que trata do licenciamento de cascalheiras pelas prefeituras municipais, em casos específicos.

Isadora apresenta as propostas de Macrozoneamento de 1998 e de 2005. Na região do Mosaico de Unidades de Conservação do Jacupiranga e do Parque Estadual da Serra do Mar, por exemplo, já há atualizações que devem ser feitas; na região do Parque Estadual da Campina do Encantado



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO AMBIENTAL

deve ser considerada a conectividade com a Estação Ecológica dos Chauás (setor Complexo Estuarino-Lagunar). As áreas urbanas e de expansão urbana de alguns municípios não aumentaram de forma considerável, mas o prefeito de Juquiá, Mohsen Hojeije, destaca que a pobreza aumentou e o déficit habitacional, hoje, é de 1.500 casas. Representantes destacam necessidade de pensar a demanda por novas áreas para o crescimento populacional. Isadora informa que a proposta de 2005 não satisfaz a demanda do Grupo Setorial. Ressalta os Planos Diretores como importantes instrumentos de subsídio ao ZEE (e o ZEE como subsídio à elaboração dos planos diretores), assim como os planos setoriais e os planos específicos. Como plano específico, Isadora cita o planejamento territorial participativo com comunidades quilombolas do Vale do Ribeira, o qual resultou na publicação do Instituto SocioAmbiental – ISA em 2008. Isadora informa que será feito trabalho em paralelo com as comunidades quilombolas. Destaca que as prefeituras devem construir conjuntamente na proposta de ZEE, indicando as áreas de expansão de atividades econômicas, por exemplo.

Isadora explica qual o formato de dados que a CPLA pode fornecer. Informa que já forneceu às prefeituras arquivos no formato Google Earth (kml). Somente as prefeituras de Apiaí e Cajati solicitaram imagens de satélite (SPOT) de propriedade da CPLA. Informa que imagens em formato tiff estão disponíveis para as prefeituras e que se coloca à disposição para auxiliar no uso das imagens e fazer reuniões com as prefeituras municipais para o mapeamento dos usos existentes e a demanda para os próximos 10 anos. Isso contribui para os trabalhos do GERCO. Xoquito sugeriu fazer esta solicitação via CODIVAR.

2. Discussão sobre zoneamento do eixo das rodovias BR116 e da SP055

Isadora mostra o levantamento de uso do solo de 2002 e os cálculos com a porcentagem de usos no entorno das rodovias. Mostra faixa de 500 metros de cada lado da BR116, somente no trecho fora das Unidades de Conservação. Luiz Xoquito informa que na duplicação da rodovia, foi proposto no Estudo de Impacto Ambiental e respectivo relatório (EIA-Rima) a faixa de 300 metros de cada lado para um pré-licenciamento, portanto, essa área licenciada está compreendida na faixa de 500 metros. Isadora informa que é necessário ter acesso ao conteúdo desse EIA-RIMA.

Isadora mostra tabela de usos ao longo das rodovias BR116 e SP055. Destaca que 24% (cerca de 3.649 hectares do total de 15.258 hectares) correspondem à vegetação de floresta ombrófila densa; José Renato Lisboa (ITESP) ressalta que deve ser considerado o fato de uma porcentagem dentro dessa vegetação ser de mata secundária em estágio inicial de regeneração. Isadora destaca que é preciso pensar a demanda por Z5 para os próximos anos para a região do Vale do Ribeira e não para cada município. Isadora não vê problemas de definir todo o eixo das duas rodovias como Z5, considerando os usos existentes e a necessidade de prever demanda futura por outros usos, afinal a rodovia é um indutor natural para as indústrias. Luiz Xoquito destaca que é preciso Z5 em todo o eixo da BR116 e que a demanda por outros usos deve ser discutida em outra reunião. Os presentes concordam que Z5 deve ser proposta ao longo das duas rodovias, com exceção do trecho da Serra da Banana. Na proposta de Macrozoneamento de 2005, ao longo do BR116 entre os municípios de Registro e Jacupiranga, não havia proposta significativa de Z5. Prof. Érico Rodrigues diz que há pasto e áreas alagadas e Marcos destaca que há potencial para



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO AMBIENTAL

mineração de cerâmica. Isadora mostra que o ZEE do setor Complexo Estuarino-Lagunar também propõe Z5 ao longo de duas estradas.

3. Encaminhamentos para 2013

Isadora sugere que a próxima reunião seja marcada para janeiro. Nesse mês será solicitado que os novos representantes das prefeituras sejam indicados. Avisa que no dia 12 de dezembro será realizada a eleição da sociedade civil no setor Complexo Estuarino-Lagunar de Iguape e Cananéia. José Renato Lisboa solicita apoio dos representantes do GERCO no cadastro das propriedades rurais que a ITESP vem realizando. Luiz Xoquito informa que a eleição da presidência do CODIVAR, a eleição da presidência do CONSAÚDE e a Assembléia do Comitê de Bacia Hidrográfica do Ribeira de Iguape/Litoral Sul serão realizados no dia 7 de dezembro. Luiz Xoquito sugere que a apresentação do trabalho de cadastro de propriedades rurais que a Fundação ITESP vem realizando seja feita nesse dia. A reunião finaliza às 12h00.



Foto 1. 10ª Reunião ordinária do Grupo Setorial de Coordenação do Gerenciamento Costeiro do Vale do Ribeira. Sede do CODIVAR, rua Mohamed Said Hedjaze, 144, bairro Floresta, Juquiá, SP. Fonte: CPLA, 29 de novembro de 2012.



Foto 2. 10ª Reunião ordinária do Grupo Setorial de Coordenação do Gerenciamento Costeiro do Vale do Ribeira. Sede do CODIVAR, rua Mohamed Said Hedjaze, 144, bairro Floresta, Juquiá, SP. Fonte: CPLA, 29 de novembro de 2012.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO AMBIENTAL



Foto 3. 10ª Reunião ordinária do Grupo Setorial de Coordenação do Gerenciamento Costeiro do Vale do Ribeira. Sede do CODIVAR, rua Mohamed Said Hedjaze, 144, bairro Floresta, Juquiá, SP. Fonte: CPLA, 29 de novembro de 2012.